

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Luana Teixeira Lobato

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM JUIZ DE FORA:

Apontamentos históricos sobre a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora na década de 1950

Juiz de Fora, MG
2025

Luana Teixeira Lobato

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM JUIZ DE FORA:

Apontamentos históricos sobre a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora na década de 1950

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção da Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Rodolfo Luís Leite Batista.

Juiz de Fora, MG

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lobato , Luana Teixeira .

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM JUIZ DE FORA : apontamentos históricos sobre a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora em jornais da década de 1950 / Luana Teixeira Lobato . -- 2025.
34 f. : il.

Orientador: Rodolfo Luís Leite Batista

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2025.

1. História da Educação . 2. Educação Especial . 3. Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora . 4. Deficiência . I. Batista , Rodolfo Luís Leite , orient. II. Título.



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Educação
Coordenação de Pedagogia

ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 13 dias do mês de agosto de 2025, na Faculdade de Educação da UFJF, foi apresentado o Trabalho de Conclusão de Curso, conforme Capítulo XII, do Regulamento Acadêmico da Graduação, intitulado **Educação Especial em Juiz de Fora: apontamentos históricos sobre a Sociedade Pestalozzi de JF na década de 1950**, elaborado por Luana Teixeira Lobato.

Participaram da banca o professor orientador Rodolfo Luís Leite Batista e as professoras Esther Augusta Nunes Barbosa e Mylene Cristina Santiago na condição de avaliadores do trabalho.

Concluído o processo de avaliação, a banca estabeleceu o seguinte parecer: o Trabalho de Conclusão de Curso está aprovado, indicando-se correções pontuais conforme os documentos a serem enviados pela banca. Essas correções não condicionam a aprovação. Sugere-se a submissão em revista acadêmica e apresentação em eventos. A banca atribuiu o resultado de **95 pontos**.

Nada mais havendo a tratar, a Ata foi lida e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo/a autor/a do referido trabalho.

Juiz de Fora, 13 de agosto de 2025.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Rodolfo Luís Leite Batista, orientador

gov.br
Documento assinado digitalmente
RODOLFO LUIS LEITE BATISTA
Data: 13/08/2025 19:54:03-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Esther Augusta Nunes Barbosa, membro da banca

gov.br
Documento assinado digitalmente
ESTHER AUGUSTA NUNES BARBOSA
Data: 15/08/2025 13:33:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Mylene Cristina Santiago, membro da banca

gov.br
Documento assinado digitalmente
MYLENE CRISTINA SANTIAGO
Data: 13/08/2025 20:08:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura da discente autogov.br

gov.br
Documento assinado digitalmente
LUANA TEIXEIRA LOBATO
Data: 18/08/2025 14:02:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

de Curso:

Luana Teixeira Lobato

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central a educação de pessoas com deficiência na cidade de Juiz de Fora na década de 1950, com ênfase na fundação da Sociedade Pestalozzi, primeira instituição voltada a pessoas com deficiência da cidade. Considerando os debates atuais sobre a educação especial e inclusiva, torna-se necessário compreender os percursos históricos dessa prática no município. Para isso, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, com abordagem histórico-bibliográfica e documental. Inicialmente, traça-se um panorama da educação especial na perspectiva europeia até sua inserção no contexto brasileiro. Em seguida, analisa-se a realidade juiz-forana por meio de fontes jornalísticas da década de 1950, como os periódicos *Diário Mercantil*, *Folha Mineira*, *A Tarde* e *Gazeta Comercial*, incluindo fotografias e reportagens. A partir da análise dessas fontes, foi possível investigar o posicionamento da imprensa e da sociedade em relação à educação das pessoas com deficiência no período. Como resultado, a pesquisa contribui para a preservação da memória da educação especial em Juiz de Fora, embora se reconheça como limitação a ausência de entrevistas com pessoas que atuaram diretamente na instituição, o que representa uma potencialidade para estudos futuros.

Palavras-chave: História da Educação, Educação Especial, Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, deficiência.

ABSTRACT

The central theme of this paper is the education of people with disabilities in the city of Juiz de Fora in the 1950s, with an emphasis on the founding of the Pestalozzi Society, the first institution dedicated to the inclusion of people with disabilities. Considering the current debates on inclusive education, it is necessary to understand the historical paths of this practice in the city. To this end, a qualitative research was conducted, using a historical-bibliographical and documentary approach. Initially, an overview of special education from a European perspective is provided, up to its introduction in the Brazilian context. Sequentially, the reality in Juiz de Fora is analyzed through 1950's journalistic sources, such as the newspapers *Diário Mercantil*, *Folha Mineira*, *A Tarde*, and *Gazeta Comercial*, including photographs and reports. Based on the analysis of these sources, it was possible to investigate the press and society's position regarding the education of people with disabilities during that period. As a result, the research contributes to the preservation of the memory of inclusive education in Juiz de Fora, although the absence of interviews with people who worked directly at the institution is recognized as a limitation, which represents a potential for future studies.

Keywords: History of Education, Special Education; Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, disability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1 Alguns apontamentos acerca do caminho das pessoas com deficiência na História da Educação em contexto europeu	5
3. MÉTODO	11
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	Erro! Indicador não definido.
4.1 A estrutura do Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora sob o olhar da imprensa	16
4.1.1 Trajetória e Espaços ocupados pela Pestalozzi de Juiz de Fora	16
4.2 Aspectos financeiros e fontes de recursos	18
4.3 Perfil do público atendido pela instituição	20
4.4 Gestão e composição da equipe diretiva	21
4.5 Práticas pedagógicas e atividades desenvolvidas	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5. REFERÊNCIAS E FONTES	27

INTRODUÇÃO

Desde o início da minha formação acadêmica, meus interesses estiveram voltados para a denominada *pedagogia Waldorf*, com especial atenção ao papel do ambiente na educação. Outra área de grande relevância para minha trajetória é a Educação Inclusiva¹. Durante um período de estágio em uma escola pública que adota princípios daquela proposta pedagógica, tive a oportunidade de mediar a escolarização a um estudante diagnosticado com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. A partir dessa experiência, pude perceber como o contexto físico e social da escola impacta o desenvolvimento das crianças e como o espaço educacional influencia diretamente as práticas pedagógicas adotadas. Dessa forma, o questionamento que orientou inicialmente este trabalho de conclusão de curso foi: “de que maneira os ambientes escolares configuram as práticas pedagógicas voltadas a pessoas com deficiências (PCDs)?”.

Com base nessa temática, foi-me sugerida uma pesquisa exploratória sobre instituições de Educação Especial em Juiz de Fora. Naquele momento, realizei a leitura da dissertação *Educação da Pessoa com Necessidades Especiais*, de Tânia Franklin Pedroso (1998). Essa pesquisa aborda várias instituições de Educação Especial que existiram (e ainda existem) na cidade e serviu como ponto de partida para a investigação. Na prática, observa-se que, embora haja avanços na inclusão de pessoas com deficiência na educação brasileira, muitas instituições ainda não oferecem as adaptações necessárias. Conforme Boff e Machado (2024) “o conceito de inclusão escolar se desenvolveu a partir de avanços, mas também de limites e contradições, uma vez que a segregação e a integração dos estudantes com deficiência ainda estão presentes no contexto escolar (Crochik, Costa; Faria, 2020) e coexistem com práticas pedagógicas inclusivas”. Esse cenário demonstra que a Educação Inclusiva ainda enfrenta desafios no sistema educacional brasileiro.

No levantamento de instituições de Educação Especial em Juiz de Fora, a denominada genericamente Escola Pestalozzi destacou-se por sua relevância histórica e pedagógica. A instituição adotava práticas inspiradas por Helena Antipoff, uma das pioneiras na Educação de Pessoas com Deficiência no Brasil (1892-1974). Antipoff desenvolveu metodologias voltadas à educação de pessoas com deficiências na Fazenda do Rosário, em Ibirité, na região metropolitana de Belo Horizonte. Seu trabalho inspirou a criação da Sociedade Pestalozzi em

¹ A educação inclusiva é uma política pública fundamentada nos princípios de direitos humanos e justiça social que precisa garantir acesso, participação e aprendizagem a estudantes com diferentes necessidades e realidades educativas, dentre eles os que compõem o público-alvo da educação especial (Boff e Machado, p.4, 2024).

várias cidades, incluindo Juiz de Fora, onde um grupo de mulheres articulou a fundação de uma escola voltada para o atendimento de crianças com deficiência.

Diante disso, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como propósito, dar visibilidade ao Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora, que foi criado inspirado nos preceitos desenvolvidos na capital mineira. Este trabalho visa investigar, por meio da análise de jornais e documentos de 1950 a história da Sociedade Pestalozzi, passando pela historiografia da Educação Inclusiva, os locais onde perpassou seu instituto e até a sua diretoria. O objetivo geral desta investigação é conhecer suas práticas pedagógicas e como elas favoreceram a inclusão educacional na cidade de Juiz de Fora nos anos 1950.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, buscamos salientar a importância do ensino nas escolas de Educação Especial e como era realizado esse ensino sob influência do movimento escolanovista. Por se tratar de uma pesquisa documental de caráter exploratório, visamos apresentar o Instituto Pestalozzi através de diferentes fontes de jornais da cidade mineira, tais como *Diário Mercantil*, *Diário da Tarde*, *Gazeta Comercial* e *Folha Mineira*.

Desse modo, contamos a história da Pestalozzi em Juiz de Fora e como a educação inclusiva passou por algumas dificuldades para sua fundação e também sua permanência.

A escolha do tema se justifica pela relevância da inclusão escolar na formação docente e pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre experiências educacionais efetivas nesse campo. Considerando que a diretriz do Conselho Nacional de Educação resolução nº2/2001 art. 7º, orienta a oferta da Educação Especial preferencialmente nas escolas comuns, vemos a necessidade de destacar as instituições de grande relevância para a Educação Inclusiva, visto que, embora avanços tenham ocorrido, determinadas diretrizes também representaram desafios e limitações ao processo de inclusão. Onde muitas escolas comuns acabam apenas integrando os alunos com deficiências, isso se deve em maioria a falta de formação qualificada dos professores para lidarem com esses alunos e também a falta de recursos pedagógicos nas escolas públicas.

Com isso, se faz necessária a ênfase das instituições de Educação Inclusiva que realmente tiveram um trabalho efetivo nesse campo, como o Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora.

Nesse sentido, essa monografia foi estruturada em duas partes, sendo sua primeira parte bibliográfica e a segunda documental. O primeiro capítulo possui enfoque na história da Educação Inclusiva começando pela Europa até chegar ao Brasil, e sua segunda parte documental, visa analisar jornais dos anos 1950, contando a trajetória do Instituto Pestalozzi em Juiz de Fora. Foram escolhidos alguns tópicos para análise das reportagens para serem discutidos, sendo eles: como era a educação de pessoas com deficiência na década de 1950;

surgimento da Pestalozzi (quem influenciou, como surgiu, em qual espaço); locais em que o Instituto Pestalozzi perpassou; sua prática pedagógica voltada para PCDs.

REVISÃO DA LITERATURA

A partir da bibliografia especializada, esta revisão de literatura relata aspectos iniciais de como se deu a educação de pessoas com deficiência desde sua origem em países europeus até chegar ao Brasil.

2.1 Alguns apontamentos acerca do caminho das pessoas com deficiência na História da Educação em contexto europeu

De acordo com Mazzotta (1995), em sua obra *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*, a educação destinada a PCDs no decorrer dos séculos esteve praticamente ausente das agendas sociais e educacionais, sendo marcada por práticas de discriminação, marginalização e exclusão. As PCDs eram frequentemente associadas a concepções místicas e as crenças religiosas reforçaram a ideia de que esses indivíduos, por apresentarem diferenças em relação ao padrão humano idealizado, deveriam ser tratados como seres imutáveis (Mazzotta, 1995, p. 16). Esse entendimento perpetuou um longo processo de exclusão e segregação dessas pessoas na sociedade.

A literatura revela que o estabelecimento da Educação Especial foi gradual e contou com importantes contribuições de líderes europeus no campo da educação desse público. Em 1620, na França, Jean-Paul Bonet publicou uma das primeiras obras voltadas para a educação de surdos, introduzindo a técnica de redação de letras e o ensino da fala para pessoas surdas (Jannuzzi, 2012, p. 26). Posteriormente, Charles-Michel de l'Épée, também na França, desenvolveu em 1770 o método de sinais, descrito em sua obra "*A verdadeira maneira de instruir surdos-mudos*" (Mazzotta, 1995). No que tange a educação de pessoas cegas e com baixa visão, o autor menciona Valentin Haüy, que fundou o Instituto Nacional de Jovens Cegos, em 1784, onde implementou o estudo com letras em relevo para ensinar a leitura (Mazzotta, 1995).

É fundamental ressaltar que o período entre 1805 e 1824 foi marcado por intensas transformações na educação, especialmente com as influências das práticas pedagógicas europeias. Esse contexto foi marcado por uma das inspirações do movimento da Escola Nova, o pedagogo Johann Heinrich Pestalozzi, professor que "sempre amou as crianças [...] acreditava na inocência e na bondade da natureza humana" (Gasparin, 2010, p. 31). Com isso, Pestalozzi

desenvolveu um método de educação que se centrasse nos interesses e necessidades das crianças, ou seja, um método ativo, que rompia com a pedagogia da época. Ele criou uma vertente da pedagogia tradicional, chamada de intuitiva. Conforme os estudos de doutorado de Alessandra Arce (2002), a metodologia pestalozziana apresentava os seguintes princípios:

- a) A criança e seu desenvolvimento passam a ser o centro do processo educacional, a espontaneidade infantil deve ser preservada a todo custo através do simples guiar, pelo educador, das forças espirituais imanentes na criança.
- b) A atividade como ponto central de toda a metodologia de trabalho, atividade esta que deve sempre se centrar nos interesses e necessidades da criança, respeitando-se seu ritmo natural de desenvolvimento. A educação escolar deve ser, portanto, ativa.
- c) A substituição do uso da disciplina exterior pelo cultivo da disciplina interior tão cara à moral protestante. Um mínimo de matéria escolar em troca do máximo de possibilidades de desenvolvimento das habilidades e capacidades de cada criança com ajuda do trabalho, amor e alegria (Gasparin 2010 apud. Arce, 2002, p. 216).

O pedagogo suíço não só transformou a educação na Europa como também fez sua influência chegar ao Brasil, onde suas obras foram traduzidas no livro de Norman Alisson Calkins e adaptadas por Rui Barbosa. De acordo com Gasparin e Marcondes (2010), isso teve um impacto significativo na educação das crianças brasileiras, pois sua metodologia foi empregada na formação de professores no final do século XIX. As ideias de que a “instrução educativa deve emergir das próprias crianças e brotar de dentro delas” tornaram-se, alguns anos depois, fundamentais nos trabalhos voltados para a educação dos ditos ‘anormais’ da educadora e psicóloga russo-brasileira Helena Antipoff (Gasparin e Marcondes, 2010).

Mazzotta (1995) destaca que, em 1829, o jovem cego francês Louis Braille, inspirado por um código militar de comunicação noturna, desenvolveu o sistema de sonografia, que atualmente conhecemos como Método Braille, o qual revolucionou a educação de pessoas cegas em todo o mundo. Mazzotta (1995) nos chama a atenção para o fato de que, nos Estados Unidos, foi criada a *Ohio School for the Blind* em 1837. Essa foi a primeira escola para cegos financiada com recursos governamentais.

Entre 1817 e 1850, registraram-se grandes avanços na educação de crianças com deficiência na Europa, embora a deficiência física tenha recebido maior atenção apenas posteriormente. Mazzotta (1995) menciona que a educação de pessoas com deficiência física começou a ganhar forma somente em 1832, com a inauguração de um estabelecimento em Munique, na Alemanha, voltado à educação de indivíduos com deficiências motoras, os ditos coxos, manetes e paráliticos. Nesse contexto, o médico francês Jean-Marc Gaspard Itard destacou-se ao realizar estudos com pessoas com deficiência intelectual, como no caso reconhecido como o do ‘selvagem de Aveyron’. Por meio de sua pesquisa demonstrou-se que, por meio da socialização do jovem chamado Vítor, a educação e a repetição de métodos podem

transformar as percepções sobre as capacidades das pessoas com deficiência podendo atribuir sua linguagem (Mazzotta, 1995).

No final do século XIX, surge uma nova reflexão sobre os modelos de educação de pessoas com deficiência, especialmente nas instituições de internato. Reconheceu-se que esses ambientes frequentemente isolavam crianças e adultos, privando-os de esperanças e oportunidades (Mazzotta, 1995). Desde então, começaram a surgir propostas para a criação de externatos e classes especiais. Um dos exemplos de instituições apresentado por Mazzotta (1995) foi a criação da primeira classe para cegos e a primeira classe de escola pública para as ditas “crianças aleijadas”, na cidade de Chicago nos Estados Unidos.

Tendo em vista o panorama de educação para PCDs no contexto europeu, é de grande relevância analisarmos como essa concepção foi incorporada e desenvolvida no cenário brasileiro. Embora haja influências internacionais, com relação às legislações estrangeiras, nosso país teve sua trajetória própria, atravessada por diferentes aspectos históricos, sociais e culturais. Adiante, serão abordados os primeiros passos da implementação da Educação Inclusiva no Brasil.

2.2 Os primeiros passos para educação de pessoas com deficiência no Brasil

No Brasil, as primeiras iniciativas educacionais voltadas às pessoas com deficiência foram inspiradas nos avanços europeus. Segundo Mazzotta (1995), Dom Pedro II fundou o Instituto dos Meninos Cegos por meio do Decreto nº 1.428 em 1854, que foi renomeado Instituto Benjamin Constant, o IBC, em 1891. Poucos anos depois, em 1857, foi criado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos, o INES. Essas instituições ofereciam educação literária e ensino profissionalizante, com oficinas de tipografia e encadernação para os alunos e atividades como sapataria e serviços domésticos para as alunas (Mazzotta, 1995). A criação dessas instituições decorre da vinda, a convite de D. Pedro II ao Brasil, do professor francês Ernesto Hüet.

A partir dessas fundações, debates importantes surgiram no Brasil. No I Congresso de Instrução Pública, realizado em 1883, discutiu-se a necessidade de se criar um currículo específico para a formação de professores de alunos cegos e surdos. Desde então, surgiram diversas instituições filantrópicas: por exemplo, o Instituto Pestalozzi de Canoas, fundado por um casal de professores no Rio Grande do Sul, em 1926, inspirado na “ortopedagogia das escolas auxiliares europeias” (Mazzotta, 1995, p. 42). A Sociedade Pestalozzi de Canoas foi precursora de um movimento, que mais tarde, se expandiu por todo o país (Mazzotta, 1995).

No cenário internacional, o crescente interesse pela tentativa de inclusão de indivíduos considerados anormais na sociedade ao longo da década de 1920 exerceu influência no Brasil. A partir de 1929, com a chegada de Helena Antipoff ao Brasil, esse movimento ganhou força, pois ela trazia referências teórico-metodológicas do Instituto Jean Jacques Rousseau. Dessa forma, Helena Antipoff se preocupava não apenas em acolher as crianças, mas também aprender sobre elas. Em resumo, a professora aliava a filantropia com a ciência. (Campos, 2012)

Convidada pelo governo de Minas Gerais, Antipoff começou a ministrar aulas de psicologia experimental na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte (Borges & Barbosa, 2019). Sua atuação promoveu o conceito de homogeneização de classes, previsto no regulamento do ensino primário, e a partir disso foram criadas instituições voltadas ao atendimento especializado (Antipoff, 1935/1944).

Em 1932, ao se aproximar de crianças marginalizadas e observar as condições precárias em que funcionam as classes especiais (por exemplo, falta de material e formação dos professores), Helena Antipoff sentiu a necessidade de reunir pessoas influentes da sociedade mineira e propor a criação de uma sociedade de assistência a esse público no Brasil (Borges & Barbosa, 2019). Em 10 de novembro de 1932, foi fundada a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais – SPMG, uma associação civil sem fins lucrativos instituída por um grupo interdisciplinar composto por médicos, enfermeiros, professores e psicólogos. O objetivo da instituição:

[...] era colaborar com o trabalho das professoras das classes especiais das escolas públicas de Belo Horizonte. Deste modo, organizava palestras e cursos sobre a educação de crianças excepcionais e higiene mental; oferecia atendimento especializado para crianças epiléticas, surdas-mudas, com distúrbios da palavra ou com conflitos emocionais (Lourenço, 2011, p. 439).

A instituição funcionava em um modelo de parceria público-privada. Ela atendia 74 alunos em cinco classes, incluindo turmas para surdos-mudos, crianças com atraso escolar ou dificuldades sociais, e classes para débeis mentais que frequentavam o internato (Borges, 2015). Em colaboração com a antiga Escola de Aperfeiçoamento, a Sociedade contava com a ajuda de médicos, enfermeiros, psicólogos e professoras, além de contar com a orientação médico-pedagógica aos docentes das classes especiais, eram auxiliadas através de palestras, demonstrações, exames clínicos nos alunos e assistência financeira. A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, por meio do método da experimentação natural, desenvolvia nos alunos sua inteligência sensório-motora e verbal. Outra metodologia era a ortopedia mental, que consistia em uma ginástica psicológica – movimentos repetitivos – que, inspirada na proposta do

psicólogo francês Alfred Binet, pode colocar as faculdades mentais em forma. Acreditava-se que através da educação podemos organizar a mentalidade desses alunos (Antipoff, 1992).

Outro aspecto relevante da atuação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais foi o suporte oferecido às famílias, que frequentemente eram alijadas de recursos para lidar com os desafios da deficiência em um contexto socioeconômico desigual (Antipoff, 1992). A instituição reconheceu que a inclusão não se limita apenas ao indivíduo, mas envolve a transformação de todo o seu entorno, um princípio que reforça o papel das famílias como parceiras fundamentais no processo educacional e terapêutico.

Borges (2015) afirma que, na época, o trabalho era permitido a partir dos 12 anos, desde que os meninos estudassem, ou seja, para frequentar o pavilhão do Pequeno Jornaleiro, as crianças deveriam estar matriculadas nas escolas. Com o crescimento do Ensino Emendativo², havia uma preocupação em educar para o trabalho. Logo, diversas instituições filantrópicas foram criadas para promover oficinas profissionalizantes.

Com o crescimento da SPMG, deu-se a fundação do Instituto Pestalozzi de Minas Gerais – IPMG em 1935, “uma escola especial, que funcionava como internato, onde as crianças estudavam e aprendiam pequenos ofícios [...] o instituto já estava atrelado ao governo estadual, embora o projeto fosse da SPMG” (Borges, 2019, p. 170). O IPMG tinha uma preocupação com os ideais das crianças, com os princípios da Escola Nova, sendo a criança o centro do processo educativo e não o professor. Nomeada em homenagem ao professor Johann Heinrich Pestalozzi, a instituição englobava seu método intuitivo, no qual acreditava-se que não se instrui se não pelo exercício, devendo assim praticar mais do que estudar. Além disso, o Instituto Pestalozzi estruturou-se como uma escola especial, onde as crianças tinham atendimento médico e pedagógico, funcionando em formato de externato em que os alunos aprendiam diversos ofícios (Borges e Barbosa, 2019).

A partir da década de 1940, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais deu origem à instalação do complexo educacional da Fazenda do Rosário (Lourenço, 2011). Localizada no município de Ibité, essa associação seguiu os mesmos passos da instituição anterior, oferecendo palestras e cursos aos pais e aos educadores a respeito da melhor forma de educar os ditos excepcionais³. Nesse sentido, a Fazenda do Rosário valorizava o contato com a natureza

² [...] era suprir falhas decorrentes da anormalidade, buscando adaptar o educando ao nível social dos normais (Januzzi, 2012, p.60 apud Soares, 1999).

³ De acordo com a literatura, “o termo excepcional é interpretado de maneira a incluir os tipos: mentalmente deficientes, todas as pessoas fisicamente prejudicadas, as emocionalmente desajustadas, bem como as superdotadas, enfim todos os requerem consideração especial no lar, escola e na comunidade (Antipoff, 1966 apud Januzzi, Caiado, 2013).

e a necessidade de estímulos para os sentidos e para a ação social dos alunos, além de avaliar constantemente as técnicas utilizadas.

Além de ser um espaço de atendimento direto, a Fazenda do Rosário tornou-se um importante centro de formação para professores e educadores interessados em trabalhar com crianças com deficiência (Lourenço, 2011). A partir das experiências ali desenvolvidas, Antipoff introduziu metodologias inovadoras que influenciaram significativamente as práticas de Educação Especial no Brasil. Nesse sentido, a instituição exerceu um papel de liderança no movimento pela inclusão social e educacional da época, reforçando a importância de políticas e práticas voltadas para pessoas com deficiência.

Conforme ressaltado por Lourenço (2011), em 1945, enquanto Helena Antipoff trabalhava no Departamento Nacional da Criança, no Rio de Janeiro, um grupo de mães das crianças ditas excepcionais procuraram ajuda da psicóloga. Essas mulheres afirmavam que seus filhos também possuíam o direito a uma Educação Especial, conforme a proporcionada aos alunos da SPMG. Em razão dessa demanda, naquele mesmo ano inaugurou-se a Sociedade Pestalozzi do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Assim como a instituição de Minas Gerais, a SPB oferecia palestras e cursos aos pais e educadores sobre a melhor forma de educar as crianças excepcionais (Lourenço, 2011). Além de ser uma das primeiras instituições a oferecer oficinas pedagógicas para pessoas com deficiência mental, a SPB funcionava em regime de residência, semi-residência, externato e ambulatório. Tendo sempre o apoio do governo federal e municipal do Rio de Janeiro foi pioneira na orientação pré-profissionalizante de jovens com deficiências mentais (Mazzotta, 1999).

Em 1952, surgiu a Sociedade Pestalozzi de São Paulo como uma entidade particular, sem fins lucrativos. A SPSP funcionava aos moldes das instituições anteriormente criadas por Helena Antipoff e o modelo da Escola de Pais da França, sendo sua primeira diretoria dirigida pelo Dr. Antônio Pacheco e Silva, que traçou um plano de ação para seus primeiros três anos, constando que a fundação era uma escola para deficientes mentais; instalação de uma clínica e preparo dos profissionais existentes na instituição.

Mais tarde, o atendimento às pessoas com deficiência foi assumido em âmbito nacional pelo governo federal, por meio da criação de diversas campanhas entre os anos de 1957 e 1993. Uma das iniciativas de maior relevância foi a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), que, na década de 1960, contou com o apoio da Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro. Essa campanha tinha como objetivo promover a educação, o treinamento, a reabilitação e a assistência educacional a crianças com atraso no desenvolvimento e outras deficiências intelectuais. Um aspecto marcante da CADEME foi a

criação de um fundo bancário no Banco do Brasil, que permitiu o financiamento de suas ações por meio de recursos provenientes da União, dos estados e dos municípios, além de contribuições públicas e privadas.

Considerando o grande avanço da Educação Inclusiva no Brasil e seguindo influência da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, surge na cidade de Juiz de Fora a primeira instituição pensada para educação de pessoas com deficiências, conhecida como Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora e criada por um grupo de mulheres que se preocupavam com essas crianças ditas anormais. Mais adiante, acompanharemos o desenvolvimento da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora que tinha a pretensão de promover a filantropia na cidade nos anos 1950, mas, antes disso, serão abordados aspectos metodológicos deste estudo.

MÉTODO

Esta pesquisa qualitativa de caráter documental baseia-se em uma análise histórica de recorte de jornais juiz-foranos produzidos nos anos 1950, atentando-se à, em termos da época, educação das crianças especiais. Desse modo, enfocam-se as práticas desenvolvidas na Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, bem como as maneiras pelas quais a mídia impressa da época as retratava.

De maneira geral, esta pesquisa considera os jornais como fontes históricas de grande relevância para a compreensão do passado. Por meio da análise desses periódicos, é possível observar como a mídia retratava as instituições de assistência / caridade existentes na cidade e perceber as formas de ação do governo em relação à educação de ditas crianças excepcionais.

Durante o estudo, fui orientada a consultar a dissertação de mestrado intitulada *A História da Pestalozzi em Juiz de Fora* com o intuito de aprofundar o estudo sobre a relação entre o ambiente educacional e as práticas pedagógicas na Instituição Pestalozzi de Juiz de Fora (Couri, 1955). A pesquisa também incluiu a busca por fotografias da instituição: ao explorar redes sociais e blogs, encontrei o blog *Resgatando o passado de Juiz de Fora*, que forneceu apenas duas imagens da antiga sede do Instituto Pestalozzi, localizada na casa dos Burnier.

Tal como será apresentado mais adiante, a família Penido Burnier teve bastante importância para a criação dessa instituição. Para expandir a investigação visual, entrei em contato com o Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora, que me disponibilizou uma série de reportagens sobre a trajetória da Pestalozzi e os eventos realizados pela instituição. Trata-se de uma coletânea de jornais realizados por Judith Lade, com fotografias de Augusto

Cury, que narra a história do Instituto Pestalozzi, sua missão na cidade e seus eventos comemorativos dos três anos da fundação da instituição filantrópica.



Fotografia do Casarão Burnier, primeira sede do Instituto Pestalozzi
(*Blog Resgatando o Passado de Juiz de Fora*, Maurício de Souza)



Fotografia do Casarão Burnier, primeira sede do Instituto Pestalozzi
Blog Resgatando o Passado de Juiz de Fora, Maurício de Souza

Para obter mais informações, também foi agendada uma reunião com o diretor da Escola Estadual de Educação Especial Maria das Dores de Souza. A visita à Escola Maria das Dores de Souza revelou-se valiosa. O diretor da escola esclareceu que, antes da criação do Instituto Pestalozzi, o local abrigava o Centro de Assistência ao Menor Excepcional – CAME, que atendia crianças com deficiência. Isso demonstra que o Instituto Pestalozzi pode não ter sido o primeiro espaço de educação destinado a pessoas com deficiência em Juiz de Fora. Além disso, tivemos acesso à planta da instituição, como podemos visualizar adiante:



Fotografia da planta do terreno doado à Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora localizada no bairro Linhares, foto retirada do acervo documental da escola Maria das Dores de Souza.

Realizamos um passeio na escola, onde o diretor também nos forneceu o contato de uma antiga professora da instituição, cuja experiência poderia acrescentar novas perspectivas à pesquisa. Dado o volume de informações e o tempo para realização do estudo, a professora não foi contactada para entrevista, o que poderá ser feito por outros estudantes.

Em continuidade à investigação, realizei uma visita ao Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, onde obtive acesso a reportagens detalhadas sobre o funcionamento do Instituto Pestalozzi, as atividades realizadas com as crianças atendidas, a organização das salas de aula no início da instituição e a visita de Helena Antipoff à cidade.

Com diversas fontes documentais em mãos, resolvi seguir a pesquisa com enfoque na produção da mídia impressa, pois, apesar de possuir o contato de uma diretora do antigo Instituto Pestalozzi, já possuía fontes o suficiente para este trabalho. A partir disso, para

sistematizar a escrita deste trabalho, fui orientada a separar a pesquisa em duas seções: (a) bibliográfica, com enfoque na história da educação destinada a pessoas com deficiência desde seus primórdios na Europa até chegar ao Brasil e (b) documental, que consiste em analisar o conteúdo das reportagens encontradas no Arquivo Central da UFJF e no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

Tabela 1:

Título das Reportagens	Jornal	Data
A cidade terá um estabelecimento aos moldes do Instituto Pestalozzi	Diário Mercantil	01 de abril de 1955
Adiada a Instalação da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora	Diário Mercantil	25 de junho de 1955
A visita do secretário de educação à cidade	Diário Mercantil	20 de agosto de 1955
Comemorando condignamente o terceiro aniversário da Sociedade Pestalozzi	Diário Mercantil	03 de setembro de 1957
Focalizando a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora	Diário Mercantil	27 de setembro de 1957
Movimento financeiro deficitário o da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora	Diário Mercantil	Não possui
Os diversos tipos de trabalho no Instituto Pestalozzi	Diário Mercantil	Não possui
A caçula das instituições filantrópicas	Diário Mercantil	05 de outubro de 1955
Ecos da comemoração da semana da criança	Diário Mercantil	31 de outubro de 1957
Patrimônio do Instituto Pestalozzi: estaca zero	Diário Mercantil	Não possui
Melhor Assistência para os Retardados	Folha Mineira	03 de fevereiro de 1955
Instalação da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora	Gazeta Comercial	20 de junho de 1955
Instalada a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora	Gazeta Comercial	05 de julho de 1955
Um Instituto Pestalozzi em Juiz de Fora	Diário da Tarde	18 de março de 1955
Ampliação da Escola Pestalozzi de Juiz de Fora	Folha Mineira	26 de setembro de 1956
Terreno para o Instituto Pestalozzi	A tarde	02 de maio de 1957

Para dar ordem aos jornais consultados, construí uma tabela que me permitiu realizar uma leitura de todos os periódicos. Eles foram organizados em ordem cronológica de acordo com os periódicos. A partir da separação da tabela, fui conduzida a identificar temáticas que se

repetiam e se constituíam como mais pertinentes para descrever a história da Pestalozzi de Juiz de Fora. Na tabela a seguir, estão apresentadas as reportagens publicadas pelos jornais *Diário Mercantil*, *Gazeta Comercial*, *Diário da Tarde* e *Folha Mineira*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa baseia-se em um estudo documental de reportagens publicadas por jornais juiz-foranos durante os anos 1950, focalizando a educação das, em termos da época, crianças especiais e atentando-se às maneiras pelas quais a mídia retratava as práticas desenvolvidas na Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora.

Segundo Barros (2023), o jornal é costumeiramente uma publicação impressa, de periodicidade regular e de disponibilização pública. O autor ainda afirma que os “os jornais constituem um meio de comunicação voltado para a captação das massas ou de segmentos ao menos significativos da população, com a capacidade de abranger uma diversidade de assuntos de interesse público” (Barros, 2023). Com isso, percebe-se como a mídia possui um largo alcance das massas da sociedade e atua conforme interesses e propósitos específicos. Desse modo, é de extrema importância atentar-se à forma em que é escrita a reportagem e qual ponto de vista os autores representam em seu texto.

Nesse sentido, esta pesquisa retrata os jornais como fontes históricas de grande relevância para a compreensão do passado. Por meio da análise desses periódicos, é possível observar como a mídia retratava as instituições existentes na cidade naquele período e perceber as formas de ação do governo em relação à educação de ditas crianças especiais. De acordo com Musse (1940), o *Diário Mercantil* e o *A Tarde*, que utilizamos nessa pesquisa, faziam parte de um grupo dos Diários Associados.

Ao buscar informações acerca do *Diário Mercantil*, identifica-se que esse periódico foi fundado em 1912 por Antônio Carlos de Andrada e João Penido Filho. Nisso, acreditamos encontrar a justificativa pela qual o jornal publicava reportagens relativas à Sociedade Pestalozzi, uma vez que Penido, além de político, também era médico na cidade. Podemos perceber o destaque dado para a instituição promotora do tratamento das crianças excepcionais. Outra questão que vale ressaltar é que ambos os fundadores são homens que exerceram cargos políticos em diferentes instâncias de governo. Logo, vemos o destaque nas reportagens envolvendo a visita das senhoras ao governador para tratar sobre a fundação da entidade juiz-forana. Finalmente, especulamos que um dos fundadores do jornal possui parentesco com o padre Vicente Penido Burnier, que ocupava na época o cargo de tesoureiro na instituição. Em

nossa análise, isso justifica a quantidade de reportagens que abordam o cotidiano do Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora.

Com relação ao *A Tarde*, Andreola (1995) lembra que ele foi criado com o objetivo de substituir uma segunda edição diária do *Diário Mercantil* que, durante algum tempo, além de matutino, foi também vespertino. Ou seja, diferentemente do *Mercantil*, o jornal *A Tarde* não seguia essa linha conservadora e elitista, pelo contrário, seus periódicos eram distribuídos no horário de saída dos trabalhadores das fábricas. Logo, era um jornal destinado a classes econômicas mais baixas. Outros meios de comunicação mais acessíveis eram o *Folha Mineira* e o *Gazeta Comercial*, o último se tratava de um noticiário agrícola chamando mais atenção para a economia agrônoma da cidade.

Cada um desses jornais apresenta características próprias quanto à linha editorial, público-alvo e vínculos com setores específicos da sociedade juiz-forana. A escolha desses veículos se justifica pela recorrência de matérias envolvendo a Pestalozzi, permitindo uma leitura crítica sobre as representações sociais construídas em torno das crianças com deficiência e das práticas assistenciais e educacionais a elas direcionadas.

4.1 A estrutura do Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora sob o olhar da imprensa

Com base nas reportagens coletadas dos jornais *Diário Mercantil*, *Diário da Tarde*, *Gazeta Comercial* e *Folha Mineira* foram delimitadas as seguintes categorias para análise: (a) trajetória e espaços ocupados pela Pestalozzi de Juiz de Fora; (b) aspectos financeiros e fontes de recursos; (c) perfil do público atendido pela instituição; (d) gestão e composição da equipe diretiva; (e) práticas pedagógicas e atividades desenvolvidas. Dessa maneira, buscamos garantir ao leitor uma melhor compreensão acerca das reportagens analisadas e, por isso, as próximas subseções serão dedicadas a uma análise descritiva dos textos em questão.

4.1.1 Trajetória e Espaços ocupados pela Pestalozzi de Juiz de Fora

Em Juiz de Fora, na década de 1950, iniciou-se uma preocupação com a educação das crianças consideradas ‘excepcionais’. Com o estabelecimento de instituições de educação para este público na capital, um grupo de senhoras da alta sociedade juiz-forana, inspiradas nas atividades desenvolvidas por Helena Antipoff, em Belo Horizonte, resolveram criar a primeira instituição de educação para crianças pobres e com deficiência da cidade.

De acordo com jornais da época, o objetivo inicial da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora era promover uma educação a crianças em situação de rua e vulneráveis. Em uma das edições, lê-se que:

A primeira parte do plano, consiste em enviar um memorial ao governador Juscelino Kubitschek, expondo a necessidade de criação desse estabelecimento, o que somente poderá ser feito com o auxílio financeiro do governo. O memorial deverá ser assinado pelas mães das crianças retardadas, contando as senhoras que encabeçam o movimento também com o auxílio da classe médica (Diário da Tarde, 1955).

Com a assinatura das mães dessas crianças excepcionais em mãos, compareceram à capital as senhoras Maria Neto Campos, primeira presidenta da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, juntamente com as professoras Áurea Nardelli e Maria das Dores de Souza. O intuito da visita ao governador era conseguir um auxílio financeiro para a criação da Sociedade Pestalozzi em Juiz de Fora, no qual as senhoras obtiveram grande sucesso. Na oportunidade, também receberam a promessa de que o secretário de educação, Bolivar de Freitas viria à cidade para presidir a solenidade de inauguração da instituição. No entanto, como as responsáveis pela criação do instituto tiveram que regressar à capital, a instalação, que ocorrer no dia 25 de junho de 1955, foi adiada para o dia 29 do mesmo mês, às 20 horas, na sede do Lactário São José.

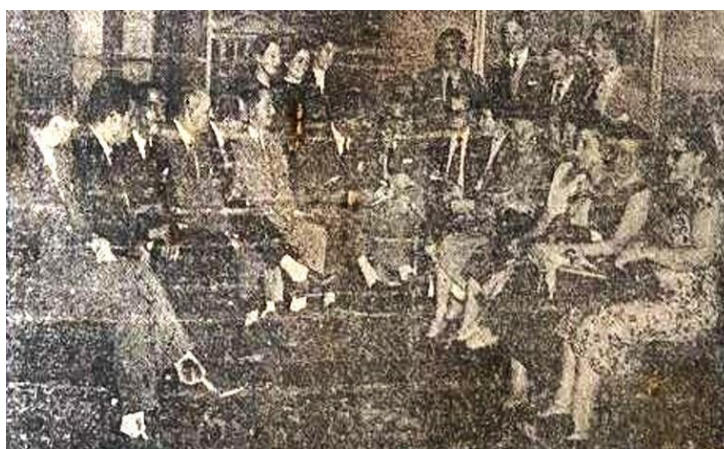
De acordo com o jornal *Diário Mercantil*, a instalação da Sociedade contou com a presença do secretário de educação. Como prometido anteriormente, Bolivar de Freitas passou um dia inteiro na cidade: pela manhã, reuniu-se com o prefeito Adhemar Rezende e diversos vereadores, a fim de discutir sobre a educação do município. O ato de instalação oficial ocorreu à tarde, por volta das 15 horas, no solar da família Burnier, sediado na Avenida Barão do Rio Branco, onde funcionaria a instituição. Outra ilustre presença foi da educadora Helena Antipoff que, segundo o livro de Atas da entidade, discursou na cerimônia sobre as crianças excepcionais.



À esquerda: Grupo de crianças atendidas pelo Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora na cerimônia de instalação. **À direita:** membros da diretoria do Instituto Pestalozzi, ao centro o padre Vicente de Paulo Burnier (tesoureiro da Sociedade), e nas laterais professoras e diretoras do Instituto. (Diário Mercantil, 1955)

Após a cerimônia de instalação da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, o secretário de educação se dirigiu aos grupos escolares de Juiz de Fora com a finalidade de conhecer de perto as necessidades das escolas e providenciar reparos nos estabelecimentos. Esta análise considera

notável a preocupação do secretário com o ensino na cidade, podendo ser esperados avanços significativos na educação juiz-forana. A seguir, vemos a imagem da reunião de instalação do Instituto Pestalozzi:



Na fotografia, os membros da diretoria do instituto e o secretário de educação Bolívar de Freitas. (Diário Mercantil, 1955)

Diferentemente da Sociedade Pestalozzi, o Instituto Pestalozzi teve sua sede “no velho e tradicional casarão, localizado na avenida Rio Branco, número 2344” (Diário Mercantil, 1955). Parece-nos importante salientar que a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora não corresponde ao Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora apesar de que os jornais da época se referem como se fosse a mesma entidade. De acordo com nossa leitura, a Sociedade Pestalozzi possuía uma diretoria, enquanto que o Instituto utilizava a mesma diretoria da Sociedade. Outra importante diferença é que o Instituto se tratava de um local de caridade e auxílio aos alunos, já a Sociedade é onde funcionava a gestão e o recebimento das doações para a instituição. Novas análises poderão aprofundar-se nesta descrição.

4.2 Aspectos Financeiros e Fontes de Recursos:

Em seu primeiro ano, o Instituto sobreviveu às custas da caridade de pessoas beneméritas. Como informado em *Movimento Financeiro Deficitário*, publicada em *Diário Mercantil*, a instituição sobrevivia graças a festas e eventos. Apesar de o governo ter prometido um auxílio, a promessa não foi cumprida e, segundo a mídia, a instituição mantinha seu funcionamento graças à filantropia das pessoas de Juiz de Fora. Com isso, as senhoras promoviam na instituição diversos eventos como desfiles de moda e festivais artísticos, nos quais o objetivo era que a sociedade conhecesse o funcionamento desse grande estabelecimento.

Entretanto, *A Tarde* apresenta eventos diferentes. De acordo com esse periódico, o governo estadual chegou a fazer a doação de um terreno, localizado no bairro Linhares. Vale informar que esse terreno não foi citado em nenhuma das páginas dos jornais anteriores; pelo

contrário, a mídia documenta que o Instituto Pestalozzi não recebeu auxílio governamental no seu primeiro ano de funcionamento e que necessita da caridade da população. Como podemos observar adiante na nota do jornal *A Tarde*:

O deputado Clodesmidt Riani apresentou na sessão do dia 29 de abril da Assembleia Legislativa o projeto n.940 que dispõe sobre a doação de uma área de terreno de 5.972,00 m², de propriedade do Estado, situada na Granja Escola "Chácara de Menores", entre o córrego que corta os terrenos de propriedade do sr. José Batista Garcia e a estrada da Fazenda Yung, em Linhares. O terreno destina-se a construção do Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora e reverterá ao patrimônio do Estado se no prazo de cinco anos, não forem cumpridas as finalidades da doação (A Tarde, 1956)

As fontes consultadas não permitem assegurar que o terreno foi realmente doado e aproveitado pela Sociedade Pestalozzi. De todo modo, vale informar que, durante o levantamento documental, encontramos, nos arquivos da Escola Estadual de Educação Especial Maria das Dores de Souza, uma planta de um terreno localizado no bairro Linhares tal qual o terreno doado pelo governo. Outras pesquisas poderão detalhar este evento.

Para manter o funcionamento do Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora, a diretoria da Sociedade Pestalozzi promovia na cidade diversos eventos, um exemplo é o *Festival da Solidariedade* no dia 8 de junho de 1955, além também da campanha do SESI cooperando com a Sociedade Pestalozzi. Por não possuir o auxílio prometido pelo governo, a Sociedade Pestalozzi realizava esses eventos contando com as doações da população municipal.

Segundo a reportagem “*Movimento Financeiro Deficitário*” do *Diário Mercantil*, na seção O grande sonho:

[...] o grande sonho da Sociedade é a aquisição de um terreno, onde será construído o Instituto [...] tem sido árduo o trabalho da diretora atual no sentido de conseguir do governo estadual o terreno de que precisa em virtude de o Instituto estar funcionando, provisoriamente no térreo da tradição sobrado na avenida Rio Branco (Diário Mercantil, 1955).

Através desse trecho podemos exemplificar a não-neutralidade dos jornais consultados, pois no jornal *A Tarde* foi citada a doação de um terreno e no jornal *Diário Mercantil* há uma disparidade de informação. Afinal, o terreno foi realmente doado? Como podemos refletir e ver no parágrafo anterior o terreno foi doado, visto que, encontramos no acervo da Escola Maria das Dores de Souza a planta do terreno antigo.

Percebemos através dessa pesquisa como nos jornais não há neutralidade. Cada jornal possui uma intenção, em diversas reportagens o casarão Burnier no qual foi sediado o Instituto Pestalozzi inicialmente é retratado como o “casarão” e “mansão dos Burnier”, mas, quando se trata de pedir auxílio financeiro para um terreno próprio é descrito como “sobrado” “fundos da

casa Burnier”. Dessa forma, podemos perceber a intenção do jornal, pois não haveria doações da sociedade se soubéssemos que o Instituto estaria funcionando em uma mansão.

4.3 Perfil do público atendido pela instituição

Como mencionado anteriormente, a instituição foi criada para atender crianças em situação de vulnerabilidade, sejam elas financeiras ou deficiências físicas e mentais, pensando que na época essas pessoas eram excluídas da sociedade, a Pestalozzi de Juiz de Fora foi pioneira na tentativa de integração desses alunos denominados excepcionais. De acordo com a *Folha Mineira*, o público da instituição era formado por:

[...] anormais profundos e infelizmente são incapazes para a vida social [...] outros, contudo, são apenas deficitários e educando na época oportuna em classes especiais ou mesmo escolas especializadas, poderão deixar de ser um peso morto para a nação, tornando-se cidadãos prestantes (Folha Mineira, 1956).

A educação de pessoas com deficiência foi ignorada durante muito tempo e muitas vezes elas eram vistas como dispensáveis e inúteis, pois acreditava-se que elas eram seres imutáveis. Logo, por não haver um tratamento, elas eram distanciadas do convívio social, muitas delas viviam em internatos e, às vezes, eram abandonadas pelas famílias. É importante enfatizarmos que o Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora foi a primeira instituição que acolheu essas crianças e fornecia um auxílio, além do pedagógico, mas também uma assistência médica. Em seu início, contou com a presença de 54 crianças, pois o Instituto conforme apontamos anteriormente não podia apoiar-se ao auxílio financeiro do governo, as crianças inseridas no instituto eram em sua maioria vulneráveis tanto financeiramente quanto mentalmente, e algumas eram surdas ou cegas. Como podemos observar na fotografia adiante:



Na fotografia, um grupo de crianças alunas do Instituto Pestalozzi, a fotografia carrega a seguinte legenda no jornal: "[...] mostram a alegria estampada em seus rostos, pelo prazer de se sentirem fotografadas, pois embora sejam deficitárias, possuem também sentimentos. Vê-se, no grupo, além da repórter, uma babá e as professoras que tudo tem procurado fazer sob a direção da eficiente diretora, em prol destas crianças, que são merecedoras de todo [...]" (Diário Mercantil, 1956)

Nesta imagem, vemos diversas crianças alunas do Instituto Pestalozzi. Nesta análise, sobressai a forma como a imprensa retratava essas pessoas, tendo a seguinte legenda na imagem do jornal *Diário Mercantil* “Alegria e Inocência: na fotografia, um grupo de crianças excepcionais do Instituto Pestalozzi, que mostram a alegria estampada em seus rostos, pelo prazer de se sentirem fotografadas, pois embora sejam deficitárias, possuem também sentimentos” (*Diário Mercantil*, 1956). Com base nessa legenda, podemos refletir como os jornais retratavam as PCDs como uma espécie de indivíduos a serem exibidos a partir de certa conotação de anormalidade. Durante muito tempo, vemos essa exposição sendo propagada de forma negativa ao ser relacionada com pessoas excepcionais. Logo, se faz necessário ressaltar que as pessoas com deficiências, nos anos 1950 eram apenas definidas por suas limitações e por mais que vejamos esse processo de integração ser iniciado pela Pestalozzi, na mídia ainda vemos essa inferiorização com relação a esse público.

4.4 Gestão e composição da equipe diretiva

Como informado pelo jornal *Folha Mineira* no ano de 1955, o movimento inicial da Pestalozzi contou com as senhoras Maria Neto Campos, Elisa de Almeida Mendonça e Alba Praga. Essa comissão de senhoras deu os primeiros passos para que fosse concretizada a Sociedade Pestalozzi, seguindo como modelo a Pestalozzi de Minas Gerais. É importante destacar que, desde seu início, Maria Neto Campos sempre esteve à frente, como citamos anteriormente. Foi essa senhora que viajou a capital, a fim de conseguir recursos para a concretização dessa instituição.

De acordo com o recorte do noticiário *Diário Mercantil*, que encontramos no Arquivo Central da UFJF, podemos notar que os membros da diretoria se mantiveram os mesmos até o ano de 1958, no qual foi comemorado o terceiro aniversário de inauguração da instituição:

Segundo a ata Histórico da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora de 1955, a diretoria da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora era constituída pela presidenta Maria Netto Campos, Vice-Presidente Maria José Camacho Thomáz, diretora secretária Guiomar Maia, 1º secretária Dalci Henriques de Lima e Souza, 2º secretária Eunice de Oliveira e Silva, 1º tesoureiro Hugo Eneas Mescolin, 2º tesoureiro Antônio Silveira da Rosa, diretor técnico Dr. Jorge Paprocki. (*Diário Mercantil*, 1958).

Os membros do Instituto Pestalozzi nos anos 1958 eram “como presidente a Senhora Maria Neto Campos, e os demais membros, dona Maria José Camacho Thomaz, dona Ondina Pestana, Sr. Hugo Eneas Mescolin, Major Antônio Silveira da Rosa, Eunice Silva, Andréa Lara Mandim e senhora Dalci Henriques Lima e Souza [...]” (*Diário Mercantil*, 1958).

Essa era a gestão que ocupava a Sociedade Pestalozzi, pois devido a falta de verba havia apenas uma diretoria, e o instituto possuía como diretora geral a senhora Maria das Dores de Souza. Como apoio, a Pestalozzi contava com dois sócios beneméritos, que ajudaram financeiramente e na manutenção da fundação, sendo eles Manoel Teixeira Lima e Elias Féres. Vale recordar que, para garantir o funcionamento da instituição, a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora publicava em diversos periódicos estimulando a caridade e garantindo a participação de mais sócios vindos da sociedade.

4.5 Práticas pedagógicas e atividades desenvolvidas

De acordo com Borges (2015), às práticas de escolarização apresentadas na Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais aconteciam em classes especiais. Seguindo os conhecimentos de Helena Antipoff, os alunos passavam por uma triagem, que os dividia da seguinte forma: “a divisão das classes foi feita a partir da aplicação de dois testes: o de inteligência e vocabulário do Dr. Simon para os novatos e o de Dearborn para os repetentes” (Borges, p. 549).

Nessas classes, priorizava-se a atividade própria do aluno e a professora agia criando oportunidades para a ação dos mesmos. Também eram desenvolvidas atividades sensoriais e de concentração para que aprendessem a utilizar os seus sentidos. Outro aspecto importante era a individualização do ensino, buscando satisfazer as capacidades físicas e mentais dos alunos. Além disso, o ensino levava um caráter utilitário, onde visava preparar o aluno para o convívio social. Com isso, foram propostas oficinas de carpintaria, tecido e modelagem de modo a prepará-los para o mercado de trabalho.

Para Jannuzzi (2012), a educação passava por grandes mudanças naquele período. Após a obrigatoriedade do ensino primário, alguns educadores preocupados com a educação de alunos deficientes começaram a introduzir o ensino emendativo, que se baseava na concepção de:

[...] de *emendare* (latim), que significa corrigir fala, tirar defeito, traduziu o sentido diretor desse trabalho educativo em muitas das providências da época. Armando Lacerda, no livro citado, colocou que a finalidade dessa educação “[...] era suprir falhas decorrentes da anormalidade, buscando adaptar o educando ao nível social dos normais” (Jannuzzi, 2012, p.60 apud Soares, 1999).

Para a autora, esse ensino foi de grande importância na educação dos ditos anormais, pois buscava garantir uma formação no ambiente escolar para o convívio em sociedade. Ademais, o ensino emendativo se assemelha muito com a educação proposta por Helena Antipoff, uma vez que, também se tratava de uma educação sensorial, conhecida na época como “3M: Mental, Manual e Moral, seguindo preceitos norte-americanos” (Jannuzzi, p.85, 2012)

Dessa maneira, eram propostas oficinas buscando desenvolver além da mentalidade dos alunos, mas também seu preparo para o mercado de trabalho.

Esse ensino também se perpetuou na educação juiz-forana, através do Instituto Pestalozzi e propagou-se como práticas de ensino inspirado pelas ideias de Helena Antipoff e no movimento escolanovista disseminadas a partir da capital. Porém, cabe ressaltar que o ensino de estudantes com PCDs em Juiz de Fora passava por algumas dificuldades, devido a falta de espaço da instituição e também a escassez de orçamento para o manejo das atividades. Conforme exposto pelo *Diário Mercantil* e as imagens da reportagem, comprova-se o pouco espaço físico para as atividades. O periódico *Os diversos tipos de trabalho no Instituto Pestalozzi* menciona que o local em que funcionava uma das salas de aula era um galinheiro transformado em espaço de ensino.



Na fotografia, vemos um grupo de crianças realizando as atividades com a professora em uma sala pequena, ao lado esquerdo se encontra a repórter colando uma pulseira em uma das alunas, nos quais se consideravam irrequieta. (*Diário Mercantil*, sem data)

Conforme descrito pelo *Diário Mercantil*, as professoras da entidade propunham atividades manuais por causa dos poucos recursos financeiros, sendo elas modelagem, carpintaria e marcenaria, indústria de fibra e de couro, costura à máquina e a mão. Através desses movimentos repetitivos, as docentes desenvolviam a coordenação motora das crianças; elas produziam diferentes materiais feitos em madeira como casas para bonecas, brinquedos, bonecas de pano, móveis feitas com caixa de fósforo, decoração de vasos de barro usando recorte e colagem de figuras, fantoches representando histórias, tecelagem manual com tiras de papel, sacolas para compras, forro para mesas, livros, cintos e bolsas etc.

Outra atividade desenvolvida informada nos periódicos eram os desenhos, assim como proposto por Antipoff na capital. Em Juiz de Fora, as atividades de desenho e pintura visavam acalmar as crianças nervosas e também servir como distração nas horas de cansaço.

Na *Revista Pestalozzi de Juiz de Fora*, pudemos ter acesso a diversos relatos de profissionais da instituição. Dentre eles, destaca-se o de Maria Netto Campos, professora no que acompanhava treze crianças com retardo mental profundo. Segundo a professora, o método utilizado era o intuitivo, inspirado no trabalho de Pestalozzi na Europa, segundo o qual ela trabalhava com os alunos através da exemplificação já que eles eram um pouco inquietos. Um exemplo dessa metodologia eram os teatros de personagens com histórias bem dramatizadas, buscando assim, chamar a atenção dos alunos. Ademais, para o desenvolvimento e controle muscular da escrita dos estudantes, a professora Maria, utilizava o método de cobrir linhas pontilhadas até chegarem às retas, mas sempre de maneira lúdica, utilizando músicas como *A estrada do trenzinho*. Dessa forma as crianças aprendiam brincando como possuir um controle de sua musculatura.

Uma consideração importante é que essas atividades eram desenvolvidas em um espaço muito pequeno, como divulgado no jornal *Diário Mercantil*, uma das salas era um quatinho, como podemos observar na imagem adiante:



Na fotografia: "Sala de Aula- Um velho galpão cimentado, transformado pelas circunstâncias em sala de aula, para que um grupo de excepcionais possa receber ensinamentos no Instituto Pestalozzi de nossa cidade." (*Diário Mercantil*, sem data)

Entretanto, a instituição alcançou resultados significativos com as atividades que conseguiam realizar, mesmo com o pouco espaço e recurso. É notável através da bibliografia a importância do ensino para o trabalho para Helena Antipoff, já que o trabalho era como um estímulo para o desenvolvimento mental e reajustamento social dos excepcionais e essas ocupações respeitavam os limites e deficiências dos alunos. Logo, as atividades eram serviços domésticos, cultura agrícola, criação de animais, trabalho de concertos como os utilizados em Juiz de Fora, serviço de escritório e serviços comerciais (Antipoff, p. 153, 1992). Ao contrário do que era teorizado por Helena Antipoff, na realidade juizforana, os trabalhos eram feitos com recursos mais limitados. Por isso, a preparação para o trabalho não oferecia as mesmas qualificações da capital.

Outra questão é que, para Antipoff, a sociedade civil precisa se acostumar com o público excepcional⁴ e apreciá-lo. Logo, são de suma importância eventos de exposições dos trabalhos desenvolvidos na Sociedade Pestalozzi, para que o público tenha ciência das aptidões das pessoas com deficiência e assim eles possam ser inseridos no mercado de trabalho. Em nosso país, segundo Jannuzzi (2012) apenas na década de 1960, essas pessoas foram inseridas no mercado de trabalho, antes disso suas produções artísticas ficavam restritas apenas a exposição, como podemos analisar no contexto juiz-forano a Pestalozzi realizava eventos para expor os trabalhos realizados pelos alunos com deficiência, como é possível observar na imagem adiante:



Na fotografia acima, um grupo de crianças realizando uma apresentação de teatro para os pais e demais alunos da instituição na comemoração da semana da criança, (Diário Mercantil, 1957)

⁴ O termo excepcional é interpretado de maneira a incluir os tipos: mentalmente deficientes, todas as pessoas fisicamente prejudicadas, as emocionalmente desajustadas, bem como as superdotadas, enfim todos os requerem consideração especial no lar, escola e na comunidade" (Antipoff, 1966 apud Jannuzzi, Caiado, 2013).

Ao promover espaços de visibilidade para suas produções, a instituição contribuiu, dentro de seu tempo, para o reconhecimento das capacidades dessas pessoas, abrindo caminhos para reflexões sobre a educação inclusiva que ainda hoje se fazem necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que, ao longo do século XXI, as instituições voltadas exclusivamente à educação de pessoas com deficiência vêm sendo progressivamente substituídas por práticas inclusivas no ensino comum, este trabalho buscou destacar a relevância histórica dessas instituições especializadas. Para isso, tomamos como base de análise a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, primeira instituição voltada à Educação Inclusiva na cidade. Criado na década de 1950, o Instituto exerceu um papel fundamental no processo de inclusão de pessoas com deficiência, em um contexto no qual ainda predominava a exclusão social. A instituição não apenas acolhia e reabilitava esses sujeitos, como também adotava uma pedagogia com viés emendativo, preparando-os para o ingresso no mercado de trabalho. Tal proposta representou um avanço significativo para a época, especialmente se considerarmos que políticas públicas mais efetivas de educação especial só passaram a ser implementadas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990 (Jannuzzi; Caiado, 2013, p. 59).

Atualmente, o Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora leva o nome de Escola Estadual de Educação Especial Maria das Dores de Souza e atende pessoas com Deficiência Física e Mental, em específico o público da Educação de Jovens e Adultos. A seu modo, a Escola Maria das Dores permanece dando continuidade a metodologia ensinada por Helena Antipoff na Pestalozzi de Minas Gerais.

Durante a análise desses documentos, surgiram algumas inconsistências históricas. Algumas reportagens indicavam que a inauguração da Pestalozzi teria ocorrido em 1955, enquanto outras apontavam para 1957. Além disso, havia divergências quanto à localização da sede da instituição, sendo que algumas fontes indicam o casarão dos Burnier e outras mencionaram o espaço da atual Escola Maria das Dores de Souza. Após uma investigação mais aprofundada, foi possível concluir que existiram duas entidades distintas: a Sociedade Pestalozzi e o Instituto Pestalozzi, o que ajudou a esclarecer as diferentes datas e eventos relatados.

Além disso, ao realizar a análise das reportagens investigamos alguns campos diferentes da atuação do educador, um exemplo seria o lado político através do jornal, pois estima-se que um dos donos do periódico *Diário Mercantil* possui parentesco com o tesoureiro da Instituição

o Padre Vicente de Paulo Penido Burnier. Mas, como não cabia a essa pesquisa, podemos investigar futuramente em outra dissertação.

Por meio deste Trabalho de Conclusão de Curso, vivenciei muito além do meu campo de atuação na pedagogia. Ao investigar fontes históricas como os jornais, tive a oportunidade de manusear diversos materiais antigos e refletir como se deu a história da educação de pessoas com deficiência. Além disso, julgo que essa pesquisa é de grande importância para compreendermos o processo de inclusão na educação atualmente. Ademais, tive a chance de visitar e visualizar o que se tornou o Instituto Pestalozzi com o passar dos anos e com essa vivência tive contato com uma professora da Instituição e uma antiga diretora que atuou no Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora. Infelizmente não cabia a essa pesquisa uma entrevista com as educadoras, mas acredito que em uma ocasião mais oportuna, uma pesquisa com elas seria de grande valia.

Conforme nos ensinava Paulo Freire, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (Freire, 1987). Essa citação reforça a necessidade de refletirmos constantemente sobre nossa prática educativa. Compreender a história é fundamental para questionarmos os rumos que estamos traçando, especialmente com relação à educação inclusiva. Ao investigar a trajetória do Instituto Pestalozzi de Juiz de Fora, foi possível compreender aspectos significativos da construção da inclusão escolar na cidade. Assim, esta pesquisa não apenas apresenta um olhar documental sobre essa instituição, mas também convida o leitor a repensar criticamente o passado da educação especial em Juiz de Fora e os desafios ainda presentes em sua efetivação.

REFERÊNCIAS E FONTES

– FONTES DOCUMENTAIS

Melhor Assistência para os Retardados. *Folha Mineira*, Juiz de Fora, 03 de fev. de 1955. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

A cidade terá um estabelecimento aos moldes do Instituto Pestalozzi. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 06 de mar. de 1955. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

Instalação da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora. *Gazeta Comercial*, Juiz de Fora, 06 de mar. 1955. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

Um Instituto Pestalozzi em Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 18 de mar. 1953. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

Adiada a Instalação da Sociedade Pestalozzi. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 25 de jun. de 1955. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

Instalada a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora. *Gazeta Comercial*, Juiz de Fora, 05 de jul. de 1955. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

A visita do secretário da Educação à cidade. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 21 de ago. de 1955. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

Ampliação da Escola Pestalozzi em Juiz de Fora. *Folha Mineira*, Juiz de Fora, 26 de set. de 1955. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

LADE, Judith, COURI, Augusto. Focalizando a Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 27 de set. de 1957. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

LADE, Judith, COURI, Augusto. Movimento financeiro deficitário o da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, sem data. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

Os diversos tipos de trabalho no Instituto Pestalozzi. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, sem data. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

LADE, Judith, COURI, Augusto. A caçula das instituições filantrópicas: O Instituto Pestalozzi. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 10 de ago. de 1957. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

LADE, Judith, COURI, Augusto. Ecos da comemoração da semana da criança. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 31 de nov. de 1957. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

Comemorando o terceiro aniversário da Sociedade Pestalozzi. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 03 de set. de 1958. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

Patrimônio do Instituto Pestalozzi: estaca zero. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, sem data. Disponível em: Recortes de Jornais, Arquivo Central da UFJF. Acesso em: 10/05/2024.

BIBLIOGRAFIA

ANDREOLA, Márcia Regina Gonçalves. *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*. Projeto experimental. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 1 sem. 1995.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Vozes, 2023.

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. *Educar em Revista*, Curitiba, p. 1-17, 26 ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 1824.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; BARBOSA, Esther Augusta Nunes. Helena Antipoff e a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais: filantropia e ciência em prol dos anormais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p.163-177.

BORGES, Adriana. O Atendimento à Criança Excepcional no Instituto Pestalozzi de Minas Gerais (1940-1949). *Revista Brasil Educação Especial*, [S. l.], p. 345-362, 2015.

CAMPOS, Regina Helena *et al.* *Memória do Saber: Helena Antipoff*. [S. l.: s. n.], 2012.

COLETÂNEA DAS OBRAS ESCRITAS DE HELENA ANTIPOFF: Educação do Excepcional. Belo Horizonte: [s. n.], 1992-1992.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. *Educar em Revista*, [S. l.], p. 39-40, 26 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente no Brasil: Dos primórdios ao início do século XXI. [S. l.]: Autores Associados, 2012. 224 p.
- JANNUZZI, Gilberta; CAIADO, Katia. APAE: 1954 a 2011 algumas reflexões. Campinas: Autores Associados, 2013. 72 p.
- LOURENÇO, Érika; TURCI, Deolinda; MIRANDA, Cleia; MARTINS, Caroline. O Atendimento à Criança Excepcional no Instituto Pestalozzi de Minas Gerais (1940-199). Revista Psicologia e Saúde, [S. l.], p. vol. 9 77-89, 2017.
- MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas. [S. l.]: Cortez, 1995. 208 p.
- MUSSE, Christina. A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940). Intercom, [s. l.].
- PAPROCKI, Jorge. Revista Pestalozzi. Educação da pessoa com necessidades especiais: Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 3-32, 17 jul. 2025
- PEDROSO, Tânia. Educação da pessoa com necessidades especiais: Verso e Reverso de um espaço conquistado? O caso de Juiz de Fora. 1998. 212 p. Dissertação de Mestrado (Pedagogia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, [S. l.], 1998.
- RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica nº Art. 7º O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica., de 15 de agosto de 2001.
- RESGATANDO o passado de Juiz de Fora. [S. l.], 21 jul. 2025. Disponível em: <https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- SOARES, Carolina; FERNANDES, Fernanda. Memória Espaço e Mídia. A política no Diário Mercantil nos anos pré- golpe de 1964, [s. l.], 17 jul. 2025.
- VILELA, Jacó. Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO DE INSTITUIÇÕES DE PSICOLOGIA NO BRASIL. [S. l.: s. n.], 2011.